

08.janeiro.2015 – 18h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: **Professora Doutora Marta Gonçalves**
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Recebidos por: Deputados Diana Ferreira (PCP, Relatora, que presidiu à reunião), Rosa Arezes (PSD) e Agostinho Santa (PS).

Assunto: [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade.](#)

Exposição: A Deputada Diana Ferreira (PCP) enquadrou a audição, informando que estão a ser ouvidas várias entidades para recolha de contributos, visando a execução da [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#), apresentou os Deputados presentes e indicou a grelha de tempos a utilizar.

A Doutora Marta Gonçalves deu inicialmente conta das investigações em que esteve envolvida. Fez depois uma apresentação (disponível na [página da Comissão, na internet](#)) defendendo um Portugal amigo das famílias, com todas as idades, referindo, em síntese, o seguinte:

1. A um período da gerontocracia (poder dos mais velhos, seguiu-se um período da juventudocracia (poder dos mais jovens), defendendo a aprendizagem intergeracional, para todas as idades;
2. Deve ser adotada uma abordagem intergeracional nas políticas públicas, com articulação entre os vários departamentos governamentais;
3. Existem vários estudos internacionais nesse sentido, tendo realçado, nomeadamente, o desenvolvimento ao longo da vida, a junção de gerações para a realização de atividades em conjunto e benefício mútuo, a mentoria e os programas intergeracionais;
4. Deve ser combatido o idadismo, afastando atitudes discriminatórias com base na idade, feitos investimentos na aprendizagem ao longo da vida (com utilização do mesmo espaço, nomeadamente nas universidades, por pessoas de várias faixas etárias), promovida a participação social ao longo da vida e prosseguido o envelhecimento ativo, reduzindo custos de saúde e serviços sociais;
5. A política pública deve ser intergeracional, intersectorial e integrada;
6. Foi feito em dezembro de 2014 o re-estabelecimento do *European Parliament Intergroup on Active ageing, interintergenerational solidarity & family policies* (pode consultar-se a página do [Intergroup on Ageing and Intergenerational Solidarity](#)), havendo uma grande preocupação em relação às políticas intergeracionais.

Interveio depois a Deputada Rosa Arezes (PSD), realçando o facto de ter sido apresentada uma perspetiva diferente em relação às anteriores audições que tinham estado a ser feitas no âmbito da Resolução n.º 87/2014, acima referida.

Realçou que a baixa natalidade é um problema complexo e que já vem de décadas, tendo sido adotadas medidas de apoio às famílias em vários países europeus, com bons resultados na França, mas não na Alemanha e referiu que o Governo atual já tomou medidas, mais a nível fiscal.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Referenciou ainda a natalidade como um problema cultural e social, mais do que económico e pediu mais concretização da política intergeracional e respetivas prioridades

O Deputado Agostinho Santa (PS) realçou a importância da visão que a Doutora Marta Gonçalves tinha trazido e do pensamento organizado, relevando a necessidade dessa organização e de medidas, programas, entidades articuladas e avaliação.

Questionou depois se a oradora entendia que a criação de uma entidade coordenadora era essencial, se haveria um problema de descontinuidade de políticas e de desconexão e o que considerava que poderia fazer a diferença para as famílias terem mais filhos, nomeadamente para passarem de 1 para 2.

A Deputada Diana Ferreira, em representação do PCP, realçou que é fundamental respeitar os direitos de todas as gerações e considerou que os mesmos não são respeitados com a falta de emprego, a emigração, o incumprimento dos direitos de parentalidade, etc. Referiu depois que a situação a nível de natalidade não está desligada das condições económico-sociais atuais, as quais resultaram das opções políticas que têm vindo a ser feitas.

Considerou ainda que a ligação intergeracional é difícil face às condições de trabalho atuais e perguntou à oradora quais os fatores que considerava determinantes nas decisões respeitantes à natalidade, tendo referido que muitas entidades indicavam como fundamentais o emprego e a estabilidade laboral e questionado se corroborava esta indicação.

Na sequência das questões e observações colocadas, a Doutora Marta Gonçalves referiu o seguinte:

1. Têm sido feitos estudos, qualitativos e quantitativos, a nível nacional e internacional, com a audição de ambos os cônjuges e até dos filhos, para saberem a perceção dos mesmos em relação à natalidade e a opção de ter mais filhos não é tomada apenas com base em questões monetárias, realçando também o peso do individualismo e a visão dos compromissos que se querem assumir (ou não) e o que se querem dar aos filhos, realçando o caso de casais que se sentem sozinhos, sem o apoio da família;
2. A conciliação do trabalho com a família é muito pretendida;
3. A criação de uma entidade coordenadora é necessária e urgente e a matéria é suprapartidária;
4. Há necessidade da união de todos, para o interesse de todos, de um programa de todos os *stakeholders*, de se trabalhar em conjunto (partidos, instituições, associações, sociedade civil, realçando a falta de apoio a programas intergeracionais) e de se estabelecer o diálogo entre as várias faixas etárias, sem títulos mas com respeito e valores;
5. Há necessidade de lentes e solidariedade intergeracionais, com mais jovens e mais idosos, com deficiências ou não e com um compromisso de continuidade no tempo, independentemente dos Governos, sendo também nesse sentido a política comunitária.

Por último, considerou como positivo o facto de no convite endereçado pela Comissão se ter indicado que a audição poderia ser presencial ou por videoconferência ou em data diversa da proposta, bem como concretizado a hora de início e os períodos de intervenção, para a organização das pessoas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

A apresentação feita e a gravação da reunião estão disponíveis na [página da Comissão, na internet](#)

Palácio de São Bento, 8 de janeiro de 2015

A assessora
Teresa Fernandes